

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA
LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO
DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.10.13 07:51:31 -03'00'

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES
DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO EM SÉRIE ÚNICA DA 178ª
(CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série única, da 178ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo De Securitização De Direitos Creditórios Do Agronegócio Para Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio, Em Série Única, Da 178ª (Centésima Septuagésima Oitava) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos pela Agripar Biofertilizantes de São Paulo Ltda", conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 28 de outubro de 2026, às 10h00, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração da Cláusula 9.1.1 do Termo de Securitização, de modo que passe a vigorar com a seguinte redação: *9.1.1. O exercício social do Patrimônio Separado encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas e elaboradas as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, as quais serão auditadas por auditores independentes.* (ii) Aprovar a alteração da Cláusula 12.2, subitem (iv), alínea (a) do Termo de Securitização, de modo que passe a vigorar com a seguinte redação: *12.2. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Termo de Securitização, a Emissora se obriga, adicionalmente, a: (...) (iv) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações, sempre que solicitado: (a) dentro de 120 (cento e vinte) dias corridos após o encerramento do exercício social (que ocorre em 31 de dezembro de cada ano), ou em 5 (cinco) Dias Úteis, contados da sua publicação, o que ocorrer primeiro, cópias de todos os seus demonstrativos financeiros e/ou contábeis, auditados ou não, inclusive dos demonstrativos do Patrimônio Separado, assim como de todas as informações periódicas e eventuais exigidas pelos normativos da CVM, nos prazos ali previstos, relatórios, comunicados ou demais documentos que devam ser entregues à CVM, na data em que tiverem sido encaminhados, por qualquer meio, àquela autarquia; (iii) Aprovar a renúncia (waiver), em caráter específico e limitado, (a) ao descumprimento decorrente da não constituição da Garantia Complementar até a Data Limite de Constituição da Garantia Complementar, bem como, conforme aplicável; e (b) a caracterização e consequências do Evento de Vencimento Antecipado dos CRA em decorrência de referido descumprimento; (iv) Aprovar a possibilidade do Avalista Pessoa Física, outorgar garantia fidejussória no âmbito de operação de captação de recursos, com volume total de até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sem que tal participação caracterize Evento de Vencimento Antecipado Não Automático no âmbito da presente Emissão, conforme disposto na cláusula 4.27.2, subitem (x) do Termo de Securitização; (v) Aprovar a outorga, pela **USINA ENERSUGAR S.A. – ACÚCAR E ALCOOL**, inscrita no CNPJ nº 34.656.444/0001-00 ("Usina Enersugar"), de garantia fidejussória em favor da Emissora, por meio do "Instrumento Particular de Fiança e Outras Avenças", em garantia das Obrigações Garantidas, em montante correspondente, a qualquer tempo, a 14% (quatorze por cento) do saldo devedor do CDCA ("Fiança Enersugar"), nos termos do respectivo instrumento constitutivo da Fiança Enersugar, passando esta, portanto, a integrar a definição de "Garantias" prevista no Termo de Securitização, sendo certo que a eletiva constituição da Fiança somente ocorrerá após a conclusão do procedimento de auditoria legal em termos satisfatórios à Securitizadora, bem como a emissão de *legal opinion* pelo assessor legal contratado; (vi) Aprovar a liberação à Devedora, pela Emissora, do montante de R\$11.376.000,00 (onze milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), correspondente ao Valor Inicial do Fundo Cash Collateral, permanecendo integralmente retidos no Fundo Cash Collateral todos e quaisquer rendimentos, ganhos e demais resultados auferidos até a data da referida liberação em decorrência das Aplicações Financeiras Permitidas realizadas com os recursos do Fundo Cash Collateral; (vii) Em decorrência das deliberações previstas nos itens "(iii)" a "(iv)" acima, aprovar: (a) A exclusão das definições "Data de Constituição da Garantia Complementar", "Data Limite de Constituição da Garantia Complementar", "Garantia Complementar" e "Valor Mínimo do Fundo Cash Collateral", todas constantes da Cláusula 1.1 do Termo de Securitização, em razão da exclusão definitiva da Garantia Complementar e da inexistência de obrigação de manutenção de valor mínimo ou de recomposição do Fundo Cash Collateral; (b) Alteração da definição de "Contratos de Garantia", que passará a vigorar com a seguinte redação: "Contratos de Garantia": *Significam, quando mencionados em conjunto, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e o instrumento constitutivo da Fiança Enersugar.* (c) Alteração da definição de "Documentos Comprobatórios", que passará a vigorar com a seguinte redação: "Documentos Comprobatórios": *Significam os instrumentos utilizados para a formalização, comprovação e evidência dos Direitos Creditórios do Agronegócio e das Garantias, conforme aplicável, a saber: (i) o CDCA; (ii) os Contratos Lastro e seus respectivos aditamentos; e (iii) os Contratos de Garantia e seus respectivos aditamentos.* (d) A inclusão da seguinte definição "Usina Enersugar": "*Usina Enersugar*": *Significa a **USINA ENERSUGAR S.A. – ACÚCAR E ALCOOL**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 34.656.444/0001-00.* (e) A inclusão da seguinte definição de "Fiança Enersugar": "*Fiança Enersugar*": *Significa a garantia fidejussória outorgada pela Usina Enersugar em favor da Emissora, para garantia das Obrigações Garantidas, em montante correspondente, a qualquer tempo, a 14% (quatorze por cento) do saldo devedor do CDCA, observado o disposto no respectivo instrumento constitutivo da Fiança Enersugar.* (f) A alteração da definição de "Fundo Cash Collateral", que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Fundo Cash Collateral*": *Significa o fundo constituído mediante retenção dos recursos decorrentes da integralização dos CRA na Conta Centralizadora, para fazer frente ao pagamento de todas e quaisquer obrigações pecuniárias devidas pela Devedora no âmbito da Emissão e da Oferta.* (g) A alteração da definição de "Garantias", que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Garantias*": *Significam as garantias constituídas em benefício da Emissora para assegurar o pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, quais sejam: (i) a Cessão Fiduciária; (ii) a Alienação Fiduciária de Quotas; (iii) a Alienação Fiduciária de Equipamentos; (iv) o Aval; e (v) a Fiança Enersugar.* (h) A alteração da definição de "Valor Inicial do Fundo Cash Collateral", que passará a vigorar com a seguinte redação: "*Valor Inicial do Fundo Cash Collateral*" *Significa o valor inicial do Fundo Cash Collateral, equivalente, na Data de Emissão, a 23,70% (vinte e três inteiros e setenta centésimos por cento) do Valor Nominal do CDCA, correspondente a R\$ 11.376.000,00 (onze milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), originalmente retido na Conta Centralizadora e passível de aplicação nas Aplicações Financeiras Permitidas.* (viii) Aprovar a alteração da Cláusula 6.2 do Termo de Securitização, que passará a vigorar com a seguinte redação: "6.2. O CDCA conta com Aval, Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária de Quotas, Alienação Fiduciária de Equipamentos e Fiança Enersugar como garantias para reforçar o cumprimento das obrigações assumidas pela Devedora no CDCA e, consequentemente, das obrigações relacionadas ao pagamento dos CRA." (ix) Aprovar, ainda, a inclusão da nova Cláusula 6.6.1 no Termo de Securitização, com a seguinte redação: "6.6.1. *Fiança Enersugar. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, a Usina Enersugar outorgou, em favor da Emissora, a Fiança Enersugar, em montante correspondente, a qualquer tempo, a 14% (quatorze por cento) do saldo devedor do CDCA, observado o disposto no respectivo instrumento constitutivo da Fiança Enersugar.*" (x) Aprovar a alteração das Cláusulas 10.3 e 10.3.1, bem como exclusão da Cláusula 10.3.2 que passarão a vigorar conforme abaixo: "10.3. *Fundo Cash Collateral. A partir da primeira Data de Integralização dos CRA, foi constituído, na Conta Centralizadora, de forma proporcional ao valor integralizado, o Fundo Cash Collateral, no montante equivalente ao Valor Inicial do Fundo Cash Collateral, cujos recursos poderão ser aplicados nas Aplicações Financeiras Permitidas, observado o disposto nas Cláusulas abaixo.* 10.3.1. *Os recursos do Fundo Cash Collateral estarão abrangidos pelo Regime Fiduciário e integrarão o Patrimônio Separado, sendo certo que poderão ser aplicados pela Emissora, na qualidade de titular da Conta Centralizadora, nas Aplicações Financeiras Permitidas, não sendo a Emissora responsabilizada por qualquer garantia mínima de rentabilidade. Todos e quaisquer rendimentos, ganhos e demais resultados decorrentes de tais aplicações integrarão automaticamente o Fundo Cash Collateral e permanecerão retidos na Conta Centralizadora até que sejam utilizados nos termos dos Documentos da Operação. Não haverá qualquer obrigação de manutenção de valor mínimo ou de recomposição do Fundo Cash Collateral pela Devedora, inclusive na hipótese de redução ou utilização, total ou parcial, dos recursos que o integrem nos termos dos Documentos da Operação.*" (xi) Aprovar e autorizar a realização de todas as alterações necessárias ao CDCA para refletir as deliberações aprovadas nos itens acima; (xii) Aprovar a contratação do "Santos Neto Advogados", na qualidade de assessor legal para os fins dispostos neste instrumento; (xiii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação, incluindo, mas não se limitando, aos aditamentos ao CDCA e ao Termo de Securitização. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitemos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRA Agrion I (178)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. *quando pessoa física:* cópia digitalizada de identidade com foto; b. *quando pessoa jurídica:* (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos:* (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador:* caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).*

São Paulo, 06 de outubro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização